

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Arthur Dias Costa

QUANDO A RUA VIRA UM LAR: CORPO, ESPAÇO E LIBERDADE

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador Prof. Cristina Dias da Silva

Juiz de Fora

2016

QUANDO A RUA VIRA UM LAR: CORPO, ESPAÇO E LIBERDADE
WHEN THE STREET BECOME A HOME: BODY, SPACE AND FREEDOM

Arthur Dias Costa¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trabalhar a problemática do morador de rua, valorizando sua subjetividade frente a passividade a ele relegada nos vários estudos sobre essa categoria. Toma-se aqui três sujeitos que disseram viver na rua como opção. Enxergando-os como sujeitos cognoscentes, explora-se aqui seus discursos e vivência, buscando o que seria morar na rua e as consequentes ressignificações do espaço e do corpo que tal situação acarreta, principalmente a privatização do espaço público. E entendendo o corpo a partir das perspectivas no campo da Antropologia do Corpo e da Saúde, pretende-se analisar os valores e símbolos relacionados ao fenômeno de “morar na rua”, defendendo que há uma relação entre corpo e espaço a qual é gerida principalmente aqui pelo higienismo, tornando esse sujeitos de certa forma transgressores de tal valor. Assim tal transgressão é compensada com a marginalização, colocando-os numa situação de negação da dignidade, por causa de sentimentos de nojo e repulsa. Estes visam a evitação do perigo e são negligenciados nos estudos dessa categoria, frente aos sentimentos de compaixão e humanização.

Palavras-chave: Morador de rua, higienismo, rua, espaço, corpo.

Abstract: This article aims to work the issue about the homeless, valuing subjectivity face the passivity relegated to him in the many studies on the category. Take up here three subjects who said they live on the street as an option. Seeing them as subjects cognizant, explores here speeches and experience them, seeking what would be living on the streets and the consequent reinterpretation of space and body that this situation entails, especially the privatization of public space. And understanding the body from perspectives of Anthropology of the Body and Health, aims to analyze values and symbols related with phenomenon of “living in the street”, arguing which there is a connection between body and space that is managed especially for higienism, become this subjects somehow transgressors of that value. Therefore this transgression is compensated with marginalization by, putting them in the denial of dignity situation, because feelings of disgust and repulse. They aim the avoidance of danger and neglected in studies of this category, before to feelings of compassion and humanization.

Keywords: Homeless, higienism, street, space, body.

“A rua é um vício”
Carlos Queiroz

Introdução

Há um vasto compêndio de estudos sobre as condições insalubres, desumanas, miseráveis, entre muitos outros adjetivos das condições dos moradores de rua (CARNEIRO JÚNIOR et al, 1998, pag. 48; ARAÚJO & TAVARES, 2011, pag. 115-117; HECKERT, 2002, pag.14-15; ALVAREZ, et al, 2004, pag. 48-49; VARANDA & ADORNO, 2004, pag. 57; COSTA, 2005, pag.3; FIORATI et al, 2014, pag. 1459) e como essa população é tomada pelos vários segmentos da sociedade brasileira como um conjunto de sujeitos marginalizados, ou seja, reféns de uma exclusão social e de restritas relações interpessoais, como também um conjunto de sujeitos marginais, que estão fora do bojo de ações, direitos e deveres do cidadão. Entretanto lanço-me numa abordagem um tanto diferente.

Até o momento a problemática do morador de rua² tem posto de lado muitas vezes a subjetividade do morador enquanto pura passividade e/ou vulnerabilidade. Creio haver razões substanciais para isso, mas

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail para contato: arthur.dias.costa@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel sob a orientação da prof. Cristina Dias da Silva.

² Aqui optou-se pelo nome “morador de rua”, por trazer o significado almejado. Visto que os sujeitos estudados moravam na rua, vendo-a como lar, diferentemente de outros com os quais me deparei no campo, como profissionais do sexo, travestis, catadores de material reciclável, trecheiros, migrantes, dependentes químicos, entre outros.

ênfatiso duas. Uma delas é a delicadeza do assunto. A crescente mobilização em torno deste quadro, torna todo e qualquer discurso produzido sobre a temática digna de nota e questionamento, além da situação dos moradores ser uma espécie de desviante, isto é, um tipo de desviante vulnerável, como um desvio que se impõe ao sujeito, podendo ser de vários tipos (drogas, prostituição, abandono da família, desemprego, separação, violência doméstica). Mais à frente irei explicar mais claramente o que isso significa. Mas cabe aqui dizer que os moradores de rua são quebradores de tabu, limites que demarcam até onde se pode ir na relação entre o corpo/sujeito e o espaço. Assim, é relevante que os moradores de rua possuem uma forte relação com o conceito de tabu (DOUGLAS, 2012; RODRIGUES, 2006). Em segundo lugar, creio que ao dar valor exagerado à passividade de quem vive na rua, podemos cair num fatalismo que, do ponto de vista das ciências sociais, não faz sentido porque toda e qualquer subjetividade é construída socialmente - logo a noção de passividade reproduz certa hierarquia social. Resgatar a agência do morador de rua é reclamar autonomia para o mesmo, a qual é desconsiderada por meio de uma forma típica de poder baseada na premissa da benevolência (DIAS da SILVA, 2010, pag. 262-263), expresso nas políticas e pesquisas envolvendo tal “populações vulneráveis”.

Assim o objetivo de tal estudo é analisar os discursos dos próprios moradores de rua, suas práticas corporais, e sua ressignificação do espaço, a partir de suas visões do que é a rua. E a partir desta perspectiva, alcançarmos quais as reformulações de corpo e espaço feitas por tais sujeitos e quais os valores e ideologias essas reformulações confrontam. Com isso pretende-se aqui levantar questões pertinentes inseridas no campo da Antropologia do Corpo e da Saúde e endossar o debate sobre espaço dentro da antropologia.

Para isso, me utilizarei de três casos de moradores de rua que dizem morar na rua como uma opção e que já possuem um longo tempo nessa situação. Que fique claro que “ver a rua como opção” não é dizer que “a rua é a melhor opção”, mas sim que dentro de um espectro de possibilidades, tais sujeitos veem no atual momento a opção de morar na rua como a melhor, sendo que todos os três afirmam ter família e casa para onde ir. Acredita-se aqui, que houve uma escolha, ou melhor, há uma escolha contínua em morar na rua. As análises serão em cima de uma etnografia com estes moradores que se situam dentro de um grupo muito maior de pessoas, a partir de entrevistas não estruturadas, vídeos, visitas com um grupo evangélico de ajuda aos moradores de rua e acompanhamento por um dia dos sujeitos estudados.

Biografias

a) Tibério

As primeiras visitas a campo foram feitas com o objetivo de gravar entrevistas juntos de dois dos moradores pesquisados: seu Tibério e dona Cláudia³. A primeira gravação foi junto de seu Tibério com o qual realizei não somente um vídeo, mas o acompanhei durante um dia de trabalho e realizei visitas esporádicas. Ele vive no bairro da Universidade Federal de Juiz de Fora há 8 anos segundo ele. A maior parte de sua vida foi fora de casa, pois desde adolescente seu Tibério afirma ter saído de casa por conflitos com seu pai e ido morar acampado nas praias de Cabo Frio. Lá trabalhava de artesão, até que junto de seu antigo cônjuge foram morar em São Paulo. Seu Tibério lembra com nostalgia deste tempo, apesar de ter falado muito pouco a respeito e porque ela o deixou. Apenas dizia que foram momentos muito bons, de extrema alegria. Não disse em momento algum que seu retorno à Juiz de Fora foi após sua volta de São Paulo, mas afirma que já está a mais de 8 anos em Juiz de Fora. Este é o mesmo período que afirma estar morando no bairro da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nunca se “mudou” de rua, apenas de marquise, pois o seu antigo teto foi derrubado em uma reforma que a loja, localizada na rua principal do bairro, sofreu e por isso acabou se mudando para a marquise do outro lado da rua, onde até possui um “armário” do lado da loja para guardar sua “cama” e cobertores. Ele possui uma tia, que mora no mesmo bairro que ele, sendo sua parente mais próxima, visto que nunca disse sobre ter irmãos e seus pais já serem falecidos. Essa tia o ajuda guardando seus medicamentos, principalmente para seu tratamento de tuberculose, além de ser onde ele afirma tomar banhos e trocar de roupas, fazendo também refeições.

Seu Tibério afirma morar na rua por causa dos seus vícios, “a pinga e o cigarro”. Mas não porque ele ficou falido ou desempregado por conta deles. Mas sim, por causa de sua tia, que lhe “enche o saco” e para não ter que prestar satisfação e obedecer às regras de sua casa, ele prefere morar na rua, onde diz ter liberdade e privacidade. Na rua, ele diz nunca ter sofrido agressão e não ter problemas com outras drogas (como o crack).

b) Cláudia

³ Os nomes aqui utilizados são fictícios, visando proteger a identidade dos moradores.

A outra entrevistada é dona Cláudia, uma residente da região central da cidade. Ela vive na praça da Estação, uma das regiões mais movimentadas de Juiz de Fora, por conta de abrigar terminais de transporte coletivo municipal e intermunicipal. Em sua entrevista ela estava acompanhada de outros moradores. Todos haviam dito estarem na rua por opção, entretanto após longas conversas pude perceber que na verdade apenas dona Cláudia realmente entrava na categoria que havia idealizado. Todos os outros moradores em algum momento se fizeram de vítima ou reclamaram pela atual situação de morador de rua. Nessa visita pude delinear meu objeto de forma bem precisa, o que favoreceu as análises posteriores. Cláudia, diz estar na rua por mais de 13 anos. Ela diz ter uma residência no bairro Linhares, entretanto a deixou para seu marido, pois ele é usuário de crack, como também seu filho mais velho, que aliás estava presente no dia de uma das entrevistas. Ela diz ter saído de casa e ido morar na rua pois sua residência fica dentro de um ponto de venda de drogas, o que a deixava extremamente vulnerável ao uso de crack. Por isso foi morar na Praça da Estação, que aliás é um dos pontos preferidos da população em situação de rua da cidade. Ela não trabalha pois recebe uma pensão do governo, apesar de ter confessado já ter feito programas. Ela é conhecida como a “mãe” da rua, pois acolhe e também repreende aqueles que por ali passam. Ela é de Juiz de Fora, possui três filhos, dos quais conheci dois. Um deles o mais velho já citado, o qual é usuário de crack, o que gera constantes conflitos entre eles e o outro o mais novo, que possui família e não é usuário, tido como “o orgulho da mãe”. Ele segundo ela, vem periodicamente vê-la e já tentou tirá-la da rua, mas ela não quis.

Cláudia diz sempre ter vivido pelos arredores da praça da estação e vê como “privilégio” morar na região central da cidade. Entretanto vê com maus olhos a presença de muitos viajantes, por conta dos mesmos não respeitarem o espaço alheio. Aliás o fato de ser mulher não faz dela menos importante: ela é vista como uma reguladora das situações. Brigas, confusões, acertos, tudo meio que passa por seu crivo e todos os outros moradores demonstraram certo respeito por ela. Ela em momento algum parecia temer a violência de qualquer um deles. Ela mesma diz que ficou presa alguns anos por ter dado uma facada em um homem e todos pareciam confirmar o fato; apesar de ser a única coisa que ela dizia ter se arrependido na vida. Apesar de seu (ex) marido estar em casa, nos encontros posteriores a encontrei com um outro homem, o qual dormia junto dela e ela o via como cônjuge.

c) Macêdo

O último dos pesquisados foi Macêdo, que tem por apelido Mineiro, nome pelo qual é mais conhecido. Macêdo vive no Poço Rico, bairro vizinho ao centro da cidade. Também diz viver a muitos anos por ali e conhece toda a vizinhança, a qual segundo ele presta serviços gerais, como podar as árvores e arbustos e limpar o jardim. O conheci em visitas que fazia a vários moradores de rua da cidade, incluindo Cláudia, junto de um grupo de evangélicos que levava comida e roupas para essa população. Não consegui gravar com ele, mas tive inúmeras conversas além de ter passado uma manhã conversando e conhecendo o bairro com ele.

Macêdo diz ter filhos e um neto. Todos eles já tentaram tirá-lo da rua. Além disso, tem um irmão gêmeo chamado Percival, que também é morador de rua. Segundo os outros moradores sempre que eles se encontram ou brigam verbalmente e até fisicamente, ou então Percival que é usuário de crack faz com que Macêdo também use. Mas esses encontros não se mostraram comuns. O motivo de maior briga entre os dois seriam a (ex) mulher de Percival e o uso de crack. Macêdo sempre mostrou desaprová-lo tal uso e por causa disso não gostava da (ex) mulher de seu irmão, pois ela usava crack com ele. Uma das voluntárias do grupo evangélico, disse já ter levado Percival para casa, junto com sua esposa e seu filho, dando-lhes banho e roupas, além de leva-los para a igreja. Entretanto eles voltaram para a rua e para o vício em crack. Quando conheci Percival ele não estava mais com sua esposa e filho, e dizia que ela o havia largado.

Macêdo trabalha em uma mercearia do bairro fazendo entregas de bicicleta. Ele as faz pela parte da manhã e até a hora do almoço. Quando fui visita-lo, após seu convite em um dia pela manhã, o encontrei arrumado, de blazer, calça e um tênis, tudo bem velho e um pouco sujo, e além disso pude sentir uma fragrância de perfume (apesar do forte cheiro de sujeira impregnado no seu corpo). Ele tinha acabado de fazer suas entregas da manhã e somente iria voltar ao trabalho na hora do almoço, quando ele iria fazer as entregas da tarde e quando nos mandou ir embora. Segundo ele a proprietária da mercearia gosta muito dele e lhe prometeu comprar uma casa. Segundo ele, após trabalhar pela manhã ele tinha tempo livre à tarde e ia andar pelas ruas da cidade, indo aos bairros vizinhos. Macêdo era diagnosticado com problemas mentais, aos quais ele nunca disse precisamente quais, apenas mostrava-me os medicamentos, que geralmente são indicados em caso de depressão e também de outros problemas mentais como esquizofrenia. Entretanto isso não era para ele um empecilho para beber e fumar. Em uma das quartas-feiras ele até me contou que havia tomado os medicamentos para “a cabeça” e depois bebeu alguns goles de pinga e “passou muito mal”. Quem lhe socorreu

foi a proprietária da mercearia que chamou uma ambulância e também “passou mal” ao vê-lo deitado na rua, quase inconsciente. Ele disse não lembrar de muita coisa nesse dia, mas era extremamente grato a dona, uma senhora de idade que nunca teve a oportunidade de conhecer.

O Campo de Pesquisa e Algumas Especificidades

Conheci muitos outros moradores ao longo da pesquisa, entretanto a maioria estava tendo problemas com o crack e muitos desejavam sair da rua. Muitos também não eram moradores de rua, pois possuíam casa. Dormiam na rua apenas por uma questão de trabalho: como eles eram catadores de material reciclável, não podiam deixar seus carrinhos cheios sozinhos na rua por conta de furto, nem poderiam levar para casa, pois geralmente eram longe dos locais de venda do material. Aliás, essas diferenças são um desafio para os levantamentos sobre tal população (ARRIBAS, 2015, pag.4). Desta forma aos poucos fui percebendo diferenças entre vários moradores que conhecia e conseguindo estabelecer diferentes grupos que habitavam as ruas. Em termos numéricos, a última pesquisa em Juiz de Fora publicou haver 800 a 1.000 pessoas em situação de rua na cidade (G1 ZONA DA MATA, 2015). A cidade conta com um albergue, onde podem pernoitar, tomar banho e café, saindo logo pela manhã. No mesmo albergue funciona um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, o chamado POP, que oferta serviço de apoio a essa população. Além disso também há o auxílio à migrantes que esteja de passagem na cidade. Entretanto a maioria dos moradores que conheci e todos os três com os quais trabalhei não gostam e não usam do serviço do centro, o que também foi constatado em outra pesquisa a nível nacional (ARRIBAS, 2015, pag.34). Isso me intrigou e a partir das falas dos sujeitos estudados, consegui delinear aspectos que ajudam a entender esse dado na pesquisa acima.

Os grupos mais significativos são os dos migrantes, dos usuários de crack (os “crackudos”), dos catadores de papel e dos moradores de rua. O grupo dos migrantes, é daqueles que estão de passagem pela cidade. Quando visitei o centro POP na tentativa de ter auxílio com os moradores de rua, pude ver todos os registros do setor de migrantes. Por mês há um elevado índice de pessoas que procuram ajuda, tendo o auxílio de passagens de ônibus. Este grupo vem de outras cidades por diversos motivos e passam alguns dias na cidade. Muitos ficam no centro, aos arredores da praça da Estação, o que gera desentendimentos com os residentes locais da praça. Como disse dona Cláudia “eles ficam aqui achando que são donos da rua”. E diz ainda que “a culpa é do prefeito, pois ele deixa entrar quem quiser na cidade”. Eles têm 30 dias para ir embora da cidade, pois este é o período que o centro POP permite que utilizem dos serviços prestados e após isso ou eles conseguem um emprego com a carteira devidamente assinada ou devem ir embora da cidade. O segundo grupo é daqueles que na maioria das vezes possuem casas e famílias, mas por causa do vício em crack, moram na rua, ou porque foram expulsos pelos seus familiares, ou então porque saíram por espontânea vontade, pois na rua tem total disponibilidade de uso e maior facilidade de obtenção, além é claro do caráter degradante no qual este entorpecente confere aos seus usuários. Alguns deles até trabalham como catadores de material reciclável, mas são vistos pelos outros (principalmente os catadores e os moradores de rua) como “vagabundos”, por causa de não trabalharem na maioria das vezes, arranjam constantemente confusão e por pedirem esmola em vários pontos da cidade. Em grande parte, não possuem local fixo para pernoitarem e na maioria das vezes não possuem o mínimo que os dois últimos grupos possuem, como colchão e cobertores para passarem a noite. Muitos deles encontrei em diferentes locais e diferentes dias, apesar de haver um perímetro traçável em que eles transitavam e dormiam. Estes dois primeiros grupos são os maiores usuários do albergue, tendo também uma parcela significativa do terceiro grupo, o dos catadores de material reciclável. Este grupo aliás é formado por aqueles que dormem na rua, entretanto alegam ter família e casa. Dormem na rua por conta da inviabilidade de todos os dias passarem em casa, visto seus carrinhos carregados dificultarem o retorno. A grande maioria tinha pontos fixos de pernoite e faziam uma cabana característica. Alguns até confessavam utilizar a “coisa do demônio”, como uma vez me disse um deles quando os abordamos perguntando se queria comida. Entretanto não era comum, apesar de possivelmente grande parte deles já ter tido ou ainda ter algum envolvimento com o crack. Mas isso não ficou claro nas visitas e entrevistas, por isso fica a carecer de dados. Entretanto era muito comum estes não gostarem de pessoas novas “no pedaço”. Sempre diziam que eles traziam confusões e que atraíam a polícia a qual podia “encher o saco”. Os locais em que os encontrava era sempre próximo aos locais de venda do material, sendo o maior deles na região próxima ao albergue, que fica entre a praça do Riachuelo e a rua Francisco Bernardino, sendo o centro de coleta na rua Francisco Maia.

O último grupo é o dos que pesquisei. Estes afirmam serem moradores de rua e que a rua é uma opção. Não digo aqui que a melhor opção, mas em seu leque de possibilidades e em suas próprias perspectivas viam como a que melhor lhe agradavam. Este grupo tem características mais significativas, o que se justifica

provavelmente por ter sido melhor estudado por mim. A primeira delas é verem a rua como local de liberdade, onde poderiam cultivar sua privacidade. Segundo, todos eles possuem muito tempo de rua. Por isso sua situação de rua é permanente e não procuram auxílio algum no serviço público para saírem dessa condição. Na verdade, todos eles falavam muito mal do albergue e não viam com bons olhos os serviços prestados. Reclamavam que o albergue sempre era cheio de drogas e que era sempre muita gente, o que gerava muita confusão. Alegavam não ter privacidade, pois sempre os outros presentes mexiam em seus pertences e muitas vezes até roubavam. Seu Tibério uma vez me disse que viu colchões cheios de baratas lá e que era tudo muito nojento. Verdade ou não, nenhum dos três que acompanhei via o albergue como uma opção um tanto atraente. Além disso eles possuíam pontos fixos para dormir. Isso até mesmo foi um desafio para minhas visitas. Meu desejo inicial era acompanhá-los durante o dia também e não apenas visitas à noite. Entretanto durante o dia, era extremamente difícil encontrá-los, devido ao trânsito imprevisível que realizavam todos os dias, além não terem compromissos e horários. Por muitas vezes mesmo combinando com eles um horário, quando chegava a “casa” deles, já tinham acordado e saído para trabalhar ou andar pela cidade. Por muitas vezes saía pela manhã à sua procura e encontrava apenas horas depois seu Tibério, muitas vezes em algum depósito ou loja catando papelão. Além disso, quando conseguia os encontrar não pareciam querer ficar comigo por muito tempo, seu Tibério por exemplo ficou extremamente desconfortável com minha presença quando passei um dia com ele, sendo que na hora do almoço, quando foi buscar o carrinho para levar seu material até o “ferro velho”, ele demorou mais de uma hora em um percurso que seria realizado em alguns poucos minutos. Quando não, ele havia dado uma volta pelo bairro procurando mais material, enquanto eu o esperava. Entretanto sempre estão nos mesmos locais durante a noite. Todos eles dormiam no mesmo local a anos. Ao serem perguntados sobre sua condição de rua eles afirmavam que estavam ali porque todas as outras possibilidades não agradavam. Todos diziam ter família para a qual poderiam ir, entretanto diziam que seria inconveniente ir morar com elas. Macêdo até mesmo dizia que não conseguia viver em uma casa: “fico louco dentro de quatro paredes”. Cláudia no final de sua entrevista até mesmo brincou “o melhor mesmo é morar no centro da cidade!”. Outro fator é sua relação com o crack. Apesar de todos serem usuários de tabaco e álcool e gastarem boa parte do seu dinheiro em sua compra, sua relação com o crack era de repúdio. Todos eles insultavam os usuários de crack da região, sendo que tal repúdio pela droga era em grande parte o motivo das brigas com parentes ou outros habitantes da rua. É um fator de distinção social entre eles mesmos.

Delineamentos Teóricos

A literatura sobre a população de rua é vasta. Entretanto utilizou-se uma via diferente de análise. Em grande parte, as reflexões sobre moradores em situação de rua, se voltam ao objetivo de denunciar e auxiliar em políticas públicas ou ações que permitam a saída do morador de rua dessa situação. Por conta até mesmo desse desejo é que a literatura atual e a legal, usa o termo “situação”, passando a ideia de momento, e não de uma condição permanente. A partir disso, a escolha de sujeitos que diziam morar na rua e alegaram tal fato ser uma opção, não foi de modo algum desproposital, mas sim uma tentativa de se analisar ambos os lados: o de um constante desconforto dos vários setores da sociedade com essa parcela da população e de outra, a escolha de tais sujeitos mediante o argumento da “liberdade”, levando assim a uma ressignificação da rua como espaço privado, como “casa” segundo eles mesmos dizem. O desconforto a qual me refiro é percebido na forma como são articuladas as políticas locais para essa população. Tais visam sua retirada das ruas, a partir de um desejo pré-existente de mudança de condição por parte do sujeito, ou seja, as políticas em Juiz de Fora para a população de rua são voltadas para aqueles que desejam sair das ruas. Isso fica extremamente claro a partir da fala do chefe da Secretaria de Desenvolvimento Social, setor responsável por essa população: “quanto a esses (moradores que não queriam sair da rua), nós não podemos ajudar em nada. Não temos quaisquer informações para oferecer”. Até mesmo disse que “seria interessante ver os resultados de sua pesquisa”. E mais, tal população ser de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social nos diz que algo que talvez seja extremamente naturalizado no primeiro olhar: tal condição não é desejada pela sociedade civil nem pelo governo, por isso deve ser erradicada a partir do desenvolvimento social e econômico. Fica claro o caráter (no sentido de classificação social) de inferioridade daqueles que elaboram a rua como sua casa.

Subjetividade e status marginal

Dessa forma o desejo deste trabalho é entender tal fenômeno, que diz muito sobre nós mesmos e essa parcela da população de nossas cidades. Para isso tomarei como fio condutor a questão da “Liberdade”, sendo

essa uma premissa muito utilizada pelos sujeitos estudados. Segundo eles, a rua se fazia uma opção viável, pois nela se tem *liberdade*. Aqui creio ser preciso uma problematização maior sobre a autonomia desses sujeitos. Para isso irei tomar a perspectiva de subjetividade de Sherry Ortner, a qual pondera sobre que:

Por subjetividade eu sempre vou me referir a uma consciência cultural e historicamente específica. Ao usar a palavra consciência eu não tenho a intenção de excluir várias dinâmicas inconscientes, como visto, por exemplo, no inconsciente freudiano ou no habitus bourdiano. Mas o que quero dizer é que subjetividade é sempre maior que estas coisas, e de duas maneiras. *No nível individual, vou supor, com Giddens, que os atores sempre são no mínimo parcialmente "sujeitos cognoscentes", que eles possuem algum grau de reflexividade sobre eles mesmos e seus desejos, e que eles possuem alguma "penetração" nos meios nos quais são formados por suas circunstâncias. Eles são, em resumo, conscientes no sentido psicológico convencional, algo que tem de ser enfatizado como um complemento, e não em substituição, à insistência de Bourdieu na inacessibilidade, para os atores, da lógica subjacente de suas práticas.* No nível coletivo, uso a palavra consciência tal como é usada tanto por Marx como por Durkheim: como a sensibilidade coletiva de um conjunto de atores socialmente inter-relacionados. Consciência é, nesse sentido, sempre ambigualmente parte das subjetividades pessoais das pessoas e parte da cultura pública, e essa ambiguidade segue durante muito do que vem a seguir (ORTNER, 2007). (grifo meu)

Tomamos aqui a perspectiva de que o indivíduo é objeto de investigação, e a história, deixa de ser exterior e objetiva e passa a estar viva e ser vivenciada nas consciências humanas, na forma de historicidade (OLIVEIRA, 2003, pag. 19-21). Ou seja, a diversidade é tomada como objeto de descrição analítica e de reflexão interpretativa (GEERTZ apud OLIVEIRA, 2003, pag. 21).

Entretanto de forma complementar, creio ser importante entender a lógica de viver nas ruas e as ressignificações que tal condição traz. Mais ainda, creio ser uma discussão que traz à tona questões de *tabu*, envolvendo os limites permitidos dentro das nossas cidades e os cálculos sobre o *perigo*. Aqui se faz alusão aos conceitos de Mary Douglas. Ou seja, o viver na rua é de certa forma um transgredir os limites dos perigos impostos pelo higienismo (RODRIGUES, 2006, pag. 121 e 142).

Entretanto para tal análise, proponho pensar o corpo como um paradigma teórico (MAUSS, STRATHERN, LATOUR). Por isso é necessário explicitar como o corpo será trabalhado: não é o corpo puramente biológico, pertencente ao domínio da medicina e ciências naturais; mas sim o corpo como interface, como aquele que é inseparável da mente, presente nas discussões contemporâneas da Antropologia do corpo e da saúde. Trago aqui as concepções de *embodiment* e *bodytalks*. Ou seja, o corpo é aquele que nos lembra do concreto, do estar presente aqui e agora com o outro, um corpo completamente cheio de sentidos e percepções através dos quais nos relacionamos com os outros (STRATHERN, 1996, pag. 2), como também o corpo como o sujeito em interface com o mundo, que permite experimentá-lo e se faz a partir dele, sendo que quanto mais ele se conscientiza das coisas do mundo, quanto mais afetado ele é, maior é o mundo sensível (LATOUR, 2008, pag. 39-40). Não existe aqui um corpo apenas, único e estático, mas *corpos/sujeitos* os quais se formulam em relação com o mundo, com as coisas.

É a partir dessa relação entre o corpo e o mundo que desejo realizar minha análise: o corpo como interface entre o que significa ser livre e o espaço da rua, como também as consequências de tal relação. Digo *rua*, no singular, porque creio haver uma intersubjetividade entre os moradores estudados que nos diz o que é a rua, como espaço de fora, aberto, público, mas ao mesmo tempo privado e fechado.

Para nossa análise sobre o espaço, há um interessante artigo de Michel Foucault, "De Espaços Outros" (2013), que traz reflexões sobre os desdobramentos do espaço no contexto urbano moderno e que podem ajudar a se pensar as ressignificações do mesmo. Ao longo da pesquisa, a rua foi tomando novos contornos. Em via de regra, a rua se caracteriza por ser via de condução e não espaço de permanência. Até mesmo para aqueles que trabalham na rua, ao fim do dia há sempre o recolhimento para o lar. Então quais seriam as diferenças ao se pensar a rua como espaço de vivência de todo o cotidiano, incluindo aquele dito privado?

A rua como lar

A princípio a rua teria por principal característica ser pública. Entretanto no Brasil existem casos de ruas privatizadas como as de condomínios fechados e a possibilidade de comprar ilhas. Ou seja, a privatização do espaço público, não é impossível, mas em alguns casos vista como legítima.

Todavia, a rua se diferencia da casa, pois enquanto aquela é a expressão máxima da dimensão do público, onde é configurada como local de imprevisibilidade, perigo e repulsa; o lar, em oposição é local de proteção e privacidade, espaço reservado. (ROBAINA, 2011, pag. 144).

Diferentemente de tal perspectiva, existe uma lógica de privatização do espaço particular de quem vive na rua. Todos os três moradores que estudei possuíam um pertencimento e sentimento de posse sobre o local onde *habitavam*, faziam parte do processo de formação daquele espaço (INGOLD, 2012, pag. 31), numa espécie de contiguidade entre sujeitos e a rua. Por exemplo, todas as vezes que havia alguém que não lhes fosse do seu agrado, reagiam com certa agressividade. Macêdo, numa das quartas-feiras de visita, estava impaciente com a presença de um casal no seu “dormitório” e só cessou de reclamar quando eles alimentados resolveram procurar outro local para dormir. “Esse povo traz bagunça”, argumentava ele. Da mesma forma Cláudia ao dormir tomava a parte seu espaço, pois a praça da Estação, é um dos pontos principais em que moradores rua pernoitam. Inúmeras vezes encontrei diferentes pessoas de passagem pelo local, mas era nítida a presença dominante de Cláudia sobre “seu” espaço. De certa forma havia uma condição subtendida de que sem sua aprovação, não se poderia ficar. O perímetro era claro, quando ao virar da esquina, encontrava novos leitos de moradores usuários de crack, mas os quais de forma nenhuma ousavam virar a esquina. Já no caso de Tibério, que não tinha problemas com outros moradores, por conta de seu bairro ser afastado do centro da cidade, cuidava de seu “canto” de forma até mesmo metódica. Todos os dias, segundo ele às nove horas se deitava, apesar de dormir mesmo somente meia-noite; e pelo amanhecer, às sete, guardava seus pertences no “armário” improvisado, num espaço concedido pelo dono da loja que o hospedava.

Esse pertencimento ao e privatização do espaço se tornam mais claros analisando o que eles falaram a respeito do albergue que há na cidade. Tibério por exemplo, dizia ser um lugar extremamente nojento, cheio de baratas e insetos nos colchões. Além disso, era local de uso constante de drogas (crack), dizendo ainda não ter privacidade no albergue, pois os outros alojados muitas vezes mexiam nos seus pertences e disse já ter sido roubado lá. “Não dá pra ficar lá não. Prefiro aqui na rua mesmo. Tenho minha privacidade!”. Já Macêdo dizia que não conseguia viver entre quatro paredes e que ali tinha uma vizinhança, conhecendo e sendo conhecido pelos vizinhos da igreja, tendo uma boa relação principalmente com o padre responsável pela igreja católica, na frente da qual fica sua “casa”. Cláudia disse algumas vezes ter ido ao albergue, mas que não gostava do local, ainda mais porque a maioria dos frequentadores do albergue são aqueles que muitas vezes vem de outras cidades ou são usuários de crack, sujeitos aos quais não simpatizava nem um pouco, sendo aqueles os que “entram na cidade como se fossem donos dela”.

Creio ser pertinente lembrar aqui alguns princípios de heterotopia de Foucault (2013), os quais nos ajudarão a repensar o espaço e seu significado como socialmente construído e reformulável a partir das ações dos atores sociais. Um deles muito pertinente aqui para nos auxiliar a pensar essa resignificação do espaço. Primeiro o conceito de heterotopia parte daqueles locais que são reais, entretanto estão fora de todos os lugares, apesar de serem efetivamente localizáveis. São lugares outros. Toda sociedade possui essas heterotopias. Um exemplo são os cemitérios. Estes demonstravam a preocupação com o corpo, essencial para o dia da ressurreição. Por isso os cemitérios ocupavam as regiões centrais das cidades, geralmente próximos a igreja. Com o passar dos anos a crença na ressurreição cede lugar a crença na doença e nos agentes patogênicos, o que aos poucos leva os cemitérios para as periferias, onde os restos mortais são depositados e mantidos contidos, cercados, impedindo a contaminação. O lugar outro aqui é que apesar de não ser um local onde se vive, todo indivíduo se vê tendo familiares no cemitério e um dia ele mesmo estará lá (FOUCAULT, 2013, pag. 117). Quanto aos princípios, o que será tomado é “o poder de justapor em um único lugar real, vários espaços, várias alocações que em si mesmo são incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, pag. 118). Creio ser tanto conceito e princípio, úteis para se entender o sentido de morar na rua, pois ela de alguma forma é uma heterotopia em si. Um lugar outro, que apesar de presente em grande parte do cotidiano, não é um local para se habitar. Todavia, a experiência dos moradores de rua, faz a rua tomar sentidos múltiplos. Por exemplo, em uma tarde acompanhando o processo de separação do material reciclável, após terminar seu Tibério pegou a vassoura e começou a varrer o local onde havia feito seu trabalho. Perguntei se varria sempre e ele disse: “é sempre bom varrer e deixar limpinho né?! Senão o povo da rua pode reclamar e aí eu perco meu espaço!”. Note a contraposição entre a rua como espaço de outros e a rua como espaço dele. Isso se reflete no fato de todas as manhãs todos eles guardarem seus pertences para que a via (rua) se torne novamente lojas, igrejas, terminais e calçadas. Há um limite de apropriação do espaço, há um limite de poder sobre o mesmo e esse poder é utilizado de acordo com seus níveis. Assim como eles se enfurecem com a presença de outros moradores de rua no “seu espaço”, eles respeitam os outros “donos dos espaços”, como os lojistas, usuários das lojas, igrejas e terminais.

Lugares em si mesmos incompatíveis, pois em si calçadas nunca seriam casas e de certa forma já possuem “donos”. Há assim uma relativa tensão. Como diz Frangella

“Ao tomar a rua como uma territorialidade própria, que mescla as fronteiras entre o cotidiano privado e público, o morador de rua estabelece, taticamente, um “contra-uso”, que subverte o espaço regulado e propicia a formação de um “lugar” de fronteiras espaciais e políticas marcadas em relação de oposição e enfrentamento à ordem urbana, a qual insiste na regulação dos fluxos liminares que percorrem o espaço urbano”. (2010, p. 102).

Seria interessante pensarmos em tempos que se articulam as dimensões do público e privado. Ou seja, o que define (talvez em grande parte) o caráter do espaço, é o tempo no qual ele opera e o qual é socialmente elaborado. O tempo público, onde todos estão em movimento pelas ruas, conserva o caráter público do espaço. É a passagem, a via, percurso temporário. Já o tempo privado, onde todos se recolhem; possibilita a rua se tornar espaço privado, daqueles em que nela estão. O morador de rua se adequa diante da lógica deste tempo, mas dela retira proveito, pois torna privado aquilo que a princípio seria espaço de passagem, temporário.

Entretanto, há uma tensão principalmente nos aspectos morais do espaço. Pois apesar da ressignificação da rua em consonância com a desejada liberdade, não se pode ignorar uma espécie de contra-discurso que esse processo levanta. O público e privado revelam um caráter dotado de valores que delineiam a própria formação e construção da pessoa no espaço urbano. É nesse ponto que iremos trabalhar agora.

Liberdade e transgressão

O discurso de que a rua é um espaço de liberdade, vai de encontro a muitos dos trabalhos dentro do campo da saúde coletiva, principalmente os das áreas de psicologia e psiquiatria (HECKERT, 2001; VARANDA & ADORNO, 2004; ALVAREZ et al, 2004). Forma-se uma oposição entre liberdade (discurso dos moradores) e doença/loucura (cientistas). Oposição que se evidencia nos diagnósticos médicos e psicológicos dos nossos três sujeitos: Macêdo tomava medicação para esquizofrenia; Cláudia, era paciente soro positivo segundo outros moradores e Tibério que estava em tratamento de tuberculose. E ainda, todos eram usuários em larga escala de tabaco e álcool (cigarro e cachaça), dando-lhes o rótulo do vício e todos os fatores depreciativos que eles trazem.

É por isso o corpo é parte importante em nossa discussão. A ele estão relacionados os tabus aos quais tais moradores são transgressores. Afinal “no corpo, a ordem fisiológica material se une à ordem ideológica moral, como signos nos quais se encontram e se reúnem o sensível e o inteligível, o significativo e o significado” (RODRIGUES, 2010, pag. 118). Estes tabus possuem a função de estabelecer os limites do perigo. Como aquele que se encontra em condição marginal, o morador de rua fez da própria fonte do poder (de onde provém o perigo) sua casa, e por isso ele mesmo é perigoso. Na grande maioria das sociedades, o status marginal é de alguma forma temporário, como os períodos de reclusão e iniciação (DOUGLAS, 2012, pag. 119-120). Entretanto aqui temos um artefato da sociedade moderna: o morador de rua está em status marginal permanente e por isso são eles um tipo de fonte do perigo, meio que por estarem imersos nas mesmas. E aqui a sujeira e o cheiro possuem um papel fundamental. Como nos alerta Douglas (2012, pag. 120), a sujeira é simbolicamente relevante para os ritos de reclusão. No nosso caso, o rito de reclusão, é uma condição um tanto que permanente pelo fato dos corpos estarem sempre sujos, e a sujeira ser vista e reconhecida como identidade dessas pessoas. A sujeira aqui não é abandonada na sua fonte, mas sim torna-se parte do sujeito.

No entanto não se pode dissociar a sujeira da condição de morar na rua. Ou seja, a rua é uma das fontes de poder e perigo em nossas sociedades, pois possuem canais de contato com a imundícia. Bueiros, lixeiras, poeira, saliva, catarro, urina, animais doentes, ratos e pulgas, fazem da rua espaço de alta virulência, de vulnerabilidade aos patógenos, de contato com os dejetos e a repugnância alheia. Por exemplo, no dia da gravação do vídeo com Tibério, um dos integrantes do trio, após o término do vídeo, justificou que a culpa era da rua por ele ter contraído tuberculose, pois as péssimas condições lhe deixavam vulnerável a doenças. Entretanto apesar da Tuberculose, Tibério disse que o médico lhe havia dito que sua saúde estava satisfatória e que seguindo o tratamento corretamente, ele iria melhorar. Aliás a explicação do próprio Tibério difere em muito da do integrante do grupo. Segundo ele: “Fui comer um pedaço de sanduíche que tava no lixo e ele tava infectado. Alguém tava doente e mordeu o sanduíche e deixou a bactéria nele. Acabei pegando a bactéria e fiquei ruim... Nossa Senhora! Passei um mal. Agora tô tomando remédio e tá fazendo efeito.”

De forma alguma Tibério concede a rua a culpa de sua doença, mas sim a alguém que deixou um resto de sanduíche infectado. As etiologias aqui entram em conflito. Mas o que isso indica? Um breve relato de um

ocorrido, o qual foi essencial para meu despertar para essa problemática, pode ajudar a evidenciar o que está em jogo aqui.

“Estava voltando de um compromisso pessoal no meu próprio bairro, quando começou a chover muito forte. Comecei a correr para evitar molhar o menos possível, até que em determinado momento do caminho passei por um morador de rua deitado no chão, debaixo da chuva. Condoído pela situação, voltei e ofereci ajuda ao morador para sair dali e se alojar em uma marquise próxima. Ele, muito debilitado ao que parecia, aceitou minha ajuda. Retirei as cobertas que o cobriam e veio um cheiro forte, fétido ao meu nariz. Era cheiro de fezes e suor acumulados. Apoiei o homem em meu ombro direito e atravessei a rua, levando para a marquise logo a frente, do outro lado da rua. Ao deixá-lo a salvo da chuva, voltei e busquei suas coisas, levando-as até ele. Perguntei ao senhor se ele já havia jantado e ele me respondeu que não. Perguntei se queria comer alguma coisa e ele me respondeu: “poderia comprar uma Coca-Cola para mim?”. Indaguei meio inconformado ao senhor: “mas você não quer comer alguma coisa?”. Ele disse que sim. Fui a padaria ao lado e comprei o refrigerante e alguma comida e dei ao senhor. Dei minha camisa a ele (a dele estava rasgada e bem molhada), me despedi e fui-me embora. Ao chegar em casa, tirei minha roupa e ao olhar para ela lembrei do cheiro. Cheirei a calça e senti um odor semelhante ao do senhor. Peguei a calça e a coloquei para lavar, era roupa suja. Mas não foi apenas ela, no mesmo estado, se encontrava minha roupa íntima: não de fedor, mas de impureza. E ela também foi colocada como necessitada de purificação. Fui tomar banho, o cheiro havia se “impregnado” em mim. Me sentia sujo. Ao lavar-me tive uma cautela nunca tida talvez antes. Era uma execução sumária do rito de purificação.”

A impureza daquele senhor, trazia muito mais que um aspecto biológico, tinha um caráter moral. E aqui é importante distinguir o caráter patogênico da rua, do seu aspecto nojento. Como explica Rodrigues (2010, pag.125), “para haver nojo, é preciso haver perigo de impurificação, e esta aparece sempre que uma estrutura de ideias é contrariada, e quando as regras são transgredidas e as coisas deslocadas de seus lugares”. Em nome de suas perspectivas de liberdade, os moradores de rua se tornam transgressores, se deslocam de seus lugares como humanos. A transgressão aqui é o rompimento com “a ideologia e as práticas do higienismo como parte de um processo civilizador, nos termos de Elias (1994), de construção de um *habitus* no sentido atribuído por Bourdieu (1995), e/ou como expressão de um sistema simbólico no bojo do qual a poluição e a sujeira devem ser compreendidas como proposto por Douglas (2002)”. (TEIXEIRA, 2012, pag. 569). Corpos agora, selvagens, não mais dóceis, que não podem ser utilizados nem submetidos, menos ainda aperfeiçoados (FOUCAULT, 2013, pag. 132). O desdém desses corpos com a disciplina que lhes tornaria vulneráveis ao domínio do higienismo e do processo civilizador, faz com que agora sejam corpos de transgressores, perigosos, que causam nojo. Morar na rua é recusar todo o esquadramento, a arquitetura moderna que define as relações entre o corpo e o espaço. Pois a rua é onde não se tem controle da imundície, onde sem saber as coisas são deslocadas de seus lugares. Assim como os banheiros públicos despertam uma desconfiança dos usuários para com eles, uma micropolítica específica em que o distanciamento e evitação de contato são o recurso frente a impossibilidade de excluir ou manejar as ações repugnantes do outro (TEIXEIRA e DIAS da SILVA, 2011, pag. 232), a rua desperta um pavor semelhante.

Aqui há uma relação profunda entre a ideologia do higienismo com a dignidade. Morar na rua assim, é perder a humanidade pois a rua é desumanizada. Entretanto tais transgressões não se enquadram nos crimes contra a lei, as quais sua punição, como nos alerta Foucault, passou a ser a privação da liberdade (2013, pag.243). São transgressões de limites inconscientes, de verdadeiros *habitus* (no sentido maussiano e depois apossado por Bourdieu), técnicas corporais que estão para muito além de simples correspondências biológicas, mecânicas e médicas. É um verdadeiro modo de viver imperativo que dignifica. Por isso existe uma grande intransigência aqui: tais transgressores e indignos, estão soltos, livres. São fontes de perigo ambulantes, podendo trazer impureza e violação a qualquer momento, pois quem perdeu a “dignidade” é um perigo para quem a deseja manter.

Podemos tornar tal oposição ainda mais clara e a economia moral presente mais evidente. Diagnosticá-los como loucos ou doentes, é uma forma de se legitimar a sua retirada das ruas. É poder retirar das ruas fontes de perigo ambulantes, cheias de sujeira e incivilidade. *Retirá-los da rua é lhes dar de volta a humanidade e a dignidade*. Mas o que se fazer quando se recusa sair das ruas? O ostracismo. A punição aqui é o isolamento, a marginalização. Este é o ponto: a marginalização desses moradores de rua, não se deve apenas por fatores econômicos e legais, mas (ouso dizer) principalmente por fatores simbólicos, atrelados a dinâmica das relações sociais, das mais banais até as mais complexas. A sujeira, o fedor, os cabelos desgrelhados, a presença indesejada nas paisagens urbanas, corpos que despertam o sentimento de nojo, são fatores principais de sua marginalização, pois eles quebram com as regras de convivência básicas, ou nas palavras de Goffman (ANO,

2011, pag. 135), a *ordem pública*, “a ordem que governa as pessoas em virtude delas estarem na presença física imediata das outras”. Todavia, diagnosticá-las como loucas ou viciadas, não retira o fato de que “o desvio de conduta desses pacientes é um fato público, no sentido de que qualquer um na mesma sala com ele sentiria que ele está se comportando inapropriadamente” (Goffman, 2011, pag. 134). Esse é o olho do furacão, quando essa ordem é transgredida, os valores ligados a elas se levantam e reclamam emoções de indignação e condolência. *A repulsa tem ares de compaixão*.

A sua recusa a ordem social, os impede de todo o resto. É como Tibério me disse: “Eu sei que meu trabalho (catador de recicláveis), não é um serviço limpo. Mas é o que a gente consegue fazer”. Ou mesmo como Macêdo exemplifica ao se tornar “apresentável” e sociável quando ia trabalhar na mercearia. Sua liberdade lhes custa caro, lhes custa a marginalização, permitindo o surgimento de um novo setor da sociedade, um setor à margem, onde a sociabilidade tem outros mecanismos de funcionamento e para o qual a rua é o espaço de sociabilidade desses atores. Extinguir esse setor, é acabar com as intransigências, domesticar a impureza, realçar os limites do perigo, impostos pela ordem social hegemônica. O higienismo aqui é fator essencial na construção da dignidade humana e na estruturação das relações sociais. Mais ainda, ele está espraiado no discurso da compaixão e humanização voltado para essa população.

Considerações Finais

A população de rua é um problema mundial, presente em grande parte das cidades no Brasil e no mundo. Cheia de valores em jogo, discutir qual deve ser o futuro dessa parcela da população é um dilema, principalmente se tratando em assunto de políticas públicas e de assistência. A marginalização e a violência (física e simbólica) que essa parcela sofre, aflora principalmente a discussão em volta dos direitos humanos, categorizando as condições do morar na rua como impróprias.

Todavia aqui, longe de desejar refutar e desencorajar tais articulações e movimentos, se propôs pensar os valores que regem o discurso da nossa própria sociedade, defendendo que eles perfazem a construção de emoções e posturas que ao primeiro momento aparentam contraditórias, mas que são faces da mesma moeda. Repulsa e compaixão, expressam categorias de um modelo higienista construído historicamente e que atualmente é elemento crucial nas políticas sobre o corpo e a vida.

A relação corpo e rua trabalhada, permitiu entender as interfaces entre o espaço e a vida, assim como a possibilidade de ressignificações não é isenta de tensões. A cidade é pensada e vivida com limites bem nítidos, talvez não conscientes, mas com certeza muito bem apreendidos por nós. Assim o morador de rua aqui é o transgressor, aquele que cruza os limites e por isso entra nas zonas de perigo. Situação delicada, mas ao mesmo tempo rica em análise, possibilitando repensar os dispositivos que regem a vida, aquilo que há algum tempo chamaram de biopoder.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; et al. O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. **Psicologia & Sociedade**; v.16, n. 3, pag. 47-56; set/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a07v16n3.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ARAÚJO, Paulo Thiago de; TAVARES, Marcelo Góes. População em situação de rua: Identidade social e a dialética da inclusão/exclusão. *Cadernos de Graduação, Ciências Humanas e Sociais, Maceió, Alagoas*, v.2, n.3, pag. 113-131, mai. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/2081>> Acesso em: 10 jan. 2016.

ARRIBAS, Célia. **Projeto de Extensão Polo Institucional de Fortalecimento da Gestão Participativa do SUS: Relatório setorial População em Situação de Rua**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. 90p.

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. et al. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saude & Sociedade [online]**. São Paulo/SP, vol.7, n.2, p.47-62, aug/dez. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901998000200005>>. Acesso em 08 jul. 2014.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos [virtual]**. Porto Alegre/RS, v.4, n.1, dez. 2005.

DIAS da SILVA, Cristina. **Cotidiano, Saúde e Política**. Uma etnografia dos profissionais de saúde indígena. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. 2010.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

ELIAS, Norbert. **Processo Civilizador I**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIORATI, Regina Célia; et al. População em vulnerabilidade, intersetorialidade e cidadania: articulando saberes e ações. **Saude& Sociedade**, São Paulo/SP, v.23, n.4, p. 1458-1470. 2014.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, v.27, n.79, p. 113-122. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142013000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. O Nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p.79-98.

_____. **Vigiar e Punir**. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

GOFFMAN, Erving. Sintomas mentais e a ordem pública. In: **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. (Coleção Sociologia). 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HECKERT, Uriel. SILVA, Juliana de Moraes Ferreira. Psicoses Esquizofrênicas entre a população de Rua. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo. V.29, n.1, pag.14-19, 2002.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre/RS, ano 18, n.37, pag. 25-44, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100002>. Acesso em 25 fev. 2016.

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: **Objectos impuros**: Experiências em estudos sobre a ciência. Nunes, J. A & Roque R. (Orgs). Edições Afrontamento e autores. Porto, Portugal: 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. 1 ed. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. In: **Sobre o pensamento antropológico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003. Pag. 13-25.

ORTNER, Sherry. B. Subjetividade e crítica cultural. **Horiz. antropol. [Internet]**; v.13, n. 28, pag. 375-405. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a15v1328.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2015.

PESSANHA, Delma. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, Brasília, DF, v.12, n.30, set. 2006. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=235>> Acesso em: 23 fev. 2016.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Populações 'daninhas'? contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. **Revista Entre-Lugar(UFGD. Impresso)**, v. 2, p. 137-163. 2011. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/viewFile/984/1262>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RODRIGUES, José Carlos. O nojo do corpo ou a magia sem magos. In: **Tabu do Corpo**. 7. ed. (revista). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

STRATHERN, Andrew J. **Body thoughts**. United States of America: The University of Michigan Press, 1996.

TEIXEIRA, Carla Costa; SILVA, Cristina Dias da. Do desperdício da água ao nojo do outro: corpo, individualidade e as tensões constitutivas das interações em banheiros públicos. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. pag. 217-234, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/976/917>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

TV INTEGRAÇÃO. Estudo da UFJF traça perfil da população de rua em Juiz de Fora. **G1 Zona da Mata**: Juiz de Fora, 29 de Abril, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/04/estudo-da-ufff-traca-perfil-da-populacao-de-rua-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

TEIXEIRA, Carla Costa. A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira. **Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 55, n. 2, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59296>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis Urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para as políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.1, p.56-69, jan/abr. 2004.